



Apostas on-line: quando o jogo deixa de ser diversão e se torna um problema de saúde pública

A Academia Nacional de Medicina manifesta sua profunda preocupação com a expansão das apostas on-line, as chamadas *bets*, e, sobretudo, com sua crescente incorporação ao cotidiano da população brasileira. Em poucos anos, apostar deixou de ser uma atividade relativamente circunscrita para tornar-se algo disponível 24 horas por dia, na palma da mão, intensamente divulgado na televisão, nas redes sociais e nos eventos esportivos. Essa normalização não pode ser encarada apenas como uma questão de entretenimento, liberdade individual ou atividade econômica. Estamos diante de um importante problema de saúde pública.

O jogo não é inofensivo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que aproximadamente 1,2% da população adulta mundial apresente Jogo Patológico e alerta que os danos relacionados às apostas ultrapassam amplamente a pessoa que joga, atingindo famílias e comunidades. O jogo problemático está associado a sofrimento psíquico, dificuldades financeiras, ruptura de relacionamentos, violência familiar e comprometimento das condições de vida. A OMS ressalta ainda que a disponibilidade permanente proporcionada pelas plataformas digitais e a intensa comercialização e publicidade contribuem para a normalização do comportamento de apostar.

No Jogo Patológico, a pessoa progressivamente perde a capacidade de controlar seu comportamento, podendo persistir nas apostas apesar das consequências negativas. Dívidas acumulam-se, recursos destinados às necessidades familiares podem ser comprometidos, relações deterioram-se e o indivíduo pode entrar em um ciclo de perdas, novas apostas e tentativas de recuperar o dinheiro perdido. Portanto, o problema não se limita à psiquiatria: alcança a saúde coletiva, a economia familiar, as relações sociais e a proteção das populações vulneráveis.

Um dado brasileiro tornou-se emblemático dessa preocupação. Levantamento realizado pelo Banco Central, a pedido do Senado Federal, identificou que, somente em agosto de 2024, cerca de 5 milhões de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família transferiram aproximadamente R\$ 3 bilhões, via Pix, para empresas de apostas. É importante interpretar corretamente esse número que representa o fluxo de recursos das contas dessas pessoas para as empresas de apostas e não demonstra que R\$ 3 bilhões provenientes diretamente do benefício social tenham sido efetivamente perdidos em jogos. Estimativa posterior apresentada no Senado, baseada nos mesmos dados, calculou perdas líquidas muito menores naquele mês. Ainda assim, a magnitude das transferências evidencia a penetração das apostas inclusive entre famílias economicamente vulneráveis.

O problema, entretanto, não é dos beneficiários do Bolsa Família. É de toda a sociedade brasileira. O transtorno do jogo pode atingir pessoas de diferentes idades, profissões e classes sociais. Particular preocupação deve existir com crianças e adolescentes, que crescem em um ambiente no qual apostar vem sendo apresentado como componente quase natural do esporte e da diversão. A publicidade repetitiva, a presença de celebridades e influenciadores e a promessa implícita de ganhos financeiros contribuem para reduzir a percepção dos riscos.



ACADEMIA
NACIONAL DE
MEDICINA

A Academia Nacional de Medicina considera insuficiente tratar essa questão exclusivamente pela perspectiva da arrecadação tributária ou da regulamentação econômica. A prioridade deve ser a proteção da saúde da população. A própria OMS recomenda medidas populacionais, incluindo restrições à publicidade e às promoções, limites efetivos de perdas e de acesso e regulamentação rigorosa acompanhada de fiscalização.

Diante da dimensão alcançada pelo fenômeno no Brasil, defendemos um debate urgente sobre medidas muito mais restritivas e eficazes, chegando, se os mecanismos de proteção se mostrarem insuficientes, à discussão da própria proibição de determinadas modalidades de apostas on-line. É indispensável restringir severamente a publicidade, proteger menores e pessoas vulneráveis, estabelecer mecanismos reais de limitação das apostas, monitorar comportamentos de risco e ampliar a prevenção e o tratamento do transtorno do jogo.

Quando uma atividade econômica começa a produzir doença, endividamento, sofrimento familiar e vulnerabilidade social, o Estado e a sociedade não podem permanecer como espectadores. A saúde deve estar acima do jogo.

Antonio Egídio Nardi

Presidente

Academia
Nacional de
Medicina

